

NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL

NEOLIBERALISM AND SOCIAL INEQUALITY

NEOLIBERALISMO Y DESIGUALDAD SOCIAL

Walisson Neto da Silva Kizyzanoski¹

Resumo

O objetivo deste texto é promover uma reflexão acerca de como o neoliberalismo impacta diretamente os quadros de desigualdade social, considerando os pressupostos e a lógica que orientam essa política econômica. Com base na literatura especializada, apresentam-se exemplos que evidenciam como a redução da atuação do Estado pode contribuir para a manutenção e o agravamento das desigualdades sociais. Metodologicamente, trata-se de uma discussão de caráter qualitativo, que busca compreender a importância da ação estatal na formulação e implementação de políticas capazes de atender grupos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, promovendo inclusão social e redução das disparidades existentes.

Palavras-Chave: neoliberalismo; desigualdade social; pobreza; miséria; riqueza.

Abstract

The objective of this paper is to promote a reflection on how neoliberalism directly impacts social inequality, considering the assumptions and logic that guide this economic policy. Based on specialized literature, examples are presented that demonstrate how the reduction of state intervention can contribute to the maintenance and aggravation of social inequalities. Methodologically, this is a qualitative discussion that seeks to understand the importance of state action in the formulation and implementation of policies capable of assisting groups in situations of greater socioeconomic vulnerability, thereby promoting social inclusion and reducing existing disparities.

Keywords: neoliberalism; social inequality; poverty; destitution; wealth.

Resumen

El objetivo de este texto es promover una reflexión acerca de cómo el neoliberalismo impacta directamente las situaciones de desigualdad social, considerando los supuestos y la lógica que orientan esta política económica. Con base en la literatura especializada, se presentan ejemplos que evidencian cómo la reducción de la intervención del Estado puede contribuir al mantenimiento y al agravamiento de las desigualdades sociales. Metodológicamente, se trata de una discusión de carácter cualitativo que busca comprender la importancia de la acción estatal en la formulación e implementación de políticas capaces de atender a grupos en situación de mayor vulnerabilidad socioeconómica, promoviendo la inclusión social y la reducción de las disparidades existentes.

Palabras clave: neoliberalismo; desigualdad social; pobreza; miseria; riqueza.

1 Introdução

A desigualdade social é um fenômeno o qual desvela variados temas significativos para análises de cientistas sociais e cientistas políticos. As abordagens que atentam acerca dos seus malefícios para a população pobre proporcionam reflexões sobre como se deve lidar para combater as injustiças justo-postas e, além disso, são imperativas as evidências trazidas por

¹ Especialização em Ciência Política pelo União Brasileira de Faculdades, Brasil (2021)

especialistas para compreender melhor “como e por quais motivos” a desigualdade social persiste em pleno século XXI.

Nesse desígnio, uma inclinação política e econômica denominada de “neoliberalismo” compreende-se dentro das hipóteses teóricas como uma das motivadoras do quadro de desigualdade social, em muitos países do mundo. Essa forma de pensar a economia foi mais bem representada, por exemplo, no Continente da América Latina, através das políticas ultraliberais do governo do ex-presidente do Chile Augusto Pinochet (1974-1990), o qual determinou uma ação mínima do Estado frente às necessidades básicas do povo chileno, assim, escancararam-se vários quadros de desigualdades sociais, pois os mais pobres viam-se desamparados em aspectos fundamentais: saúde, educação, moradia, previdência social, entre outros.

Somado a essa conjuntura, percebe-se que o neoliberalismo, a exemplo do quadro mencionado do Chile, segue uma tendência de segregação, no qual se demonstra avesso às necessidades de combate às desigualdades. Ainda mais, nesse pensamento político faz-se ilusão a independência dos sujeitos mais vulneráveis, colocando-os como “livres” e “independentes” daquilo que se percebe ser obrigação do Estado em proporcionar: saúde, educação, trabalho etc.

Com esse quadro exposto, o presente trabalho tem por objetivo geral viabilizar uma reflexão de como o neoliberalismo impacta diretamente, através da linha de raciocínio dessa política, nos quadros de desigualdade social. Como objetivos específicos, pretende-se demonstrar exemplos de como essa tendência política prejudica a população mais vulnerável e, como a ação do Estado em políticas de combate à desigualdade faz a diferença no ordenamento social de um país.

Assim, com o apoio da literatura especializada, expõe-se a relevância do tema através de alguns exemplos de como a falta da ação do Estado causa e aumenta a desigualdade social. Admita-se que o texto que segue, tem por caráter metodológico uma discussão qualitativa, em que pretende proporcionar o entendimento da importância da ação do Estado em abranger os sujeitos em pior condição socioeconômica.

A estrutura do texto apresenta, além desta introdução e considerações finais, uma seção temática, que se discorre pelo tema proposto, que é a desigualdade social alimentada por um sistema neoliberal e elitista.

2 Neoliberalismo e desigualdade social

A desigualdade, em aspectos econômicos, sociais, culturais e de acesso aos benefícios de bem-estar comum, são nuances relativas que compete em análises individuais. Contudo, é consenso que qualquer interface que se refere a distribuição desigual de direitos dos seres humanos, sejam eles homens, mulheres e crianças, independente de orientação sexual, raça, cor, etnia, religião, nacionalidade ou qualquer outra diferença, é passível de críticas dos estudiosos do comportamento da sociedade, ou, no mínimo, deveria ser assim, para que haja estratégias e reflexões sobre como superar esses descompassos.

Com essa interface, é válido comentar que algumas ações de agentes hegemônicos, aos quais ocupam cargos políticos, são fundamentais para promoção de cenários de desigualdades, bem como em outros casos, esses atores dominantes apresentam atribuições válidas para o combate desta mesma realidade. Sendo assim, um pensamento político-econômico com inclinação burguesa se destaca, a saber: o neoliberalismo. Na concepção de Chomsky

O neoliberalismo é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo. Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia globais nas últimas duas décadas, seguida, além da direita, por partidos políticos de centro e por boa parte da esquerda tradicional. Esses partidos e suas políticas representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de menos de mil grandes empresas (Chomsky, 2002, p. 3).

Como evidencia o autor supracitado, o pensamento político neoliberal tem como objetivo-mor proporcionar o bem-estar de uma elite selecionada que compete a burguesia oligárquica e seus oligopólios empresariais. Ainda mais, Chomsky (2002) nos apresenta que esse pensamento político e econômico que apresenta raízes estadunidenses, é uma representação da contemporaneidade, ou, em outros termos, faz parte da construção sociopolítica atual, bem como representa os interesses exploratórios de um capital aviltante.

Dessa maneira, não poderia ser outra a disposição social vigente com um pensamento e plano político semelhante a esse, do que uma sociedade marcada pela desigualdade, onde, por um lado, existe uma elite bem estabelecida na ponta da pirâmide econômica e, por outro lado, a maioria da classe trabalhadora, ou, como bem define Antunes (2005), a “classe-que-vive-do-trabalho”, no substrato desse sistema afrontoso.

Em virtude dessa discrepância, torna-se prudente fazer uma reflexão em que colocam as políticas dispostas em sociedades de cariz desigual, pelo viés das necessidades de um povo marginalizado e desprotegido socialmente, como ocorre em vários países da América Latina,

por exemplo. Utiliza-se essa referência geográfica, pois ela se configura em um quadro de demasia concentração de renda (Soares, 2010). Ainda sobre o contexto da América Latina, Soares (2010), evidencia o seguinte:

É verdade que não existiam “Estados de Bem-Estar Social” na maioria dos países da América Latina? Sem dúvida. Mas também é verdade que uma boa parte das conquistas sociais históricas – obtidas com muita luta social – foram extintas ou “andaram para trás” na América Latina. Trocou-se o “ruim” pelo “pior”. Ao invés de evoluirmos para sistemas verdadeiramente públicos e universais que garantissem os direitos essenciais de cidadania das parcelas majoritárias da população, reduziu-se mais ainda a já estruturalmente debilitada capacidade de intervenção do Estado no social. O frágil direito de cidadania, que vinha sendo construído a duras penas em alguns países, foi substituído por “atestados de pobreza” que permitem apenas o acesso a precários e mal financiados serviços públicos. Quando tratamos dos países periféricos, aonde já existiam desigualdades estruturais e históricas, a distância entre os mais ricos e os mais pobres aumentou ainda mais, provocando uma polarização que tem levado a rupturas sociais agudas e violentas. Esses países ficaram com o “pior dos dois mundos” agravando suas situações de pobreza e extrema miséria, ao mesmo tempo em que se viram frente ao processo contemporâneo de *desfiliação* daqueles que pertenciam ao circuito do mercado de trabalho, com algum grau de proteção social. Assim, o que a “modernidade” nos trouxe foi a superposição perversa de antigas situações de desigualdade e miséria com uma “nova pobreza”, causada pelo aumento massivo e inusitado do desemprego e pela generalização de situações de precariedade e instabilidade no trabalho, aumentando o contingente daqueles que se tornaram “vulneráveis” do ponto de vista social pela redução, ou mesmo, ausência de mecanismos de proteção social (Soares, 2010, p. 17-18).

De acordo com as alegações supracitadas, admita-se que às desigualdades perpetuam-se no cenário global, mas acontecem em maior evidência no grande continente latino-americano, onde há uma deterioração das organizações sociais reivindicatórias que lutavam por mais justiça social e distribuição de renda, bem como o enfraquecimento de partidos que fazem frente a maior precarização da classe trabalhadora.

Nesse processo, percebe-se o distanciamento para com os interesses dos mais pobres e desprotegidos. O pensamento vigorante preza por privilegiar uma classe dominante por meio do acesso de políticas incentivadoras ao grande mercado, sobretudo ao mercado externo e, ainda, visa prejudicar aqueles que estão nos bolsões com menos estrutura econômica. Nesse fito, a respeito do continente tão desigual como é o caso da realidade da América Latina, não se pode perder de vista que

Dos 15 países com maior desigualdade, dez estão na América Latina e no Caribe, sendo que o Brasil e o Equador têm o terceiro pior Índice Gini: 0,56 (quanto mais próximo de 01 o coeficiente, mais desigual é o país), só superados pela Bolívia, Camarões e Madagascar com 0,60, e África do Sul, Haiti e Tailândia com 0,59 (Ianamoto, 2013, p. 327).

Frente a tudo isso, considerando o vilipêndio desta situação, alguns países criam programas de ajuda social esporádica para “maquiar” uma realidade excludente. Com isso, considera-se o sujeito “beneficiado” para ingresso em tais programas, aquele que detêm uma renda fixa de valor baixo, poucas disposições estruturais em sua residência, bem como outros pré-requisitos. Soares, a respeito disso, descreve que

Os programas de “*alívio à pobreza*” focalizados nos “mais pobres” são recomendados, mesmo reconhecendo que os problemas sociais não são residuais – sobretudo face ao empobrecimento generalizado provocado pelo neoliberalismo. O caráter de “alívio” desses programas não dá conta de enfrentar as raízes estruturais e históricas da profunda desigualdade existente entre os latino-americanos (Soares, 2010, p. 17).

Como explica a autora, os programas de beneficiamento social, que atestam selecionar sujeitos em condições vulneráveis são um paliativo de uma realidade conflitante. Essa premissa pretende “compensar” uma visão hegemônica e neoliberalista estruturante. Assim como apresenta a autora, é consenso que problemas enraizados pela cultura política e que se tornaram estruturais devem ser tratados por soluções definitivas e que provoque mudanças na estrutura social vigente.

É comum perceber que as desigualdades sociais causadas por políticas neoliberais se evidenciam pela distribuição de renda de um país, o investimento na iniciativa privada e a propaganda do autossustento social. Todavia, as políticas de cariz neoliberais podem também percebidas pela precarização do bem público, pelos quais se estendem nas necessidades básicas de um povo. Resende e Silva (2017), por exemplo, destacam o lado negativo das políticas neoliberais quando são utilizadas na disposição da educação.

“Assim, o Neoliberalismo predispõe ações de redução gradativa na intervenção do Estado na economia e na sociedade e reduz o indivíduo a mero consumidor priorizando não mais a liberdade do indivíduo e sim a liberdade econômica das grandes organizações, cabe discutir qual a sua influência na qualidade educacional. O neoliberalismo propõe o modelo educacional baseado no trabalho alienado que está ligado à divisão entre os super – produto da classe dominante – detentores da cultura, bastidores dos fatos ou ainda autores; e a base – classe dominada – atores das decisões da classe dominante, ou seja, a educação pretendida insere-se no modelo de homem pretendido pelo capitalismo (Resende; Silva, 2017, p. 569).”

Com essas evidências supracitadas, torna-se claro que a aplicação do pensamento político neoliberal, além de ter como feição desresponsabilizar o Estado como investidor em um bem comum tão importante como é o caso da educação, ainda aufere um discurso mercadológico e menos humanitário para com os objetivos reflexivos e representativos da sociedade, em que uma educação de qualidade possa vir a oferecer. Além disso, como é de

interesse da burguesia auferir status ilusivos da meritocracia aos sujeitos que pretendem alcançar prosperidades dentro de um contexto capitalista, as “aptidões” individuais são levadas ainda mais em conta, tanto nos aspectos educacionais como foi apresentado acima, quanto nos mais diversificados nuances sociais.

Nesse sentido, vale comentar sobre a questão do trabalho que é tão caro para o discurso da ala neoliberal de qualquer gestão de governo de tal inclinação, sendo esse aspecto da vida social diretamente ligado à prometida “prosperidade” e independência financeira, mais bem evidenciada pela ideia do empreendedor moderno, do patrão de si mesmo ou dono do próprio negócio. Contudo, o que se sabe sobre a relação trabalho x neoliberalismo é uma ilusão desse discurso comparado à realidade concreta.

No Brasil, por exemplo, é de conhecimento o alto número de trabalhadores e trabalhadoras em trabalhos atípicos, sendo eles de tendência muito precária, informal, por conta própria ou autônomos-micro-empresários com poucos incentivos em comparação aos monopólios já bem instalados. A respeito desses aspectos, Holzmann (2013) destaca que:

A condição de autônomo ou trabalhador por conta própria é uma das modalidades que vão se expandindo em substituição ao contrato estável. O trabalhador por conta própria é, presumidamente, dono do seu tempo e do fazer profissional, patrão de si mesmo, gozando de liberdade e autonomia frente a qualquer agente econômico, ao contrário de quem trabalha sob o estatuto de assalariado e que deve se submeter à autoridade e à hierarquia da organização empresarial da produção de bens ou de serviços que o emprega. Segundo o ideário neoliberal, o trabalhador por conta própria é considerado um empreendedor, expressão da iniciativa e do dinamismo individuais capazes de movimentar positivamente a economia. A autonomia de que, supostamente, goza esse trabalhador é vista como vantagem frente ao trabalho subordinado dos empregados, e a liberdade da qual usufrui enquanto produtor de bens e serviços corresponderia à natureza dos indivíduos. A esse entendimento se contrapõe a posição que inclui esse trabalhador entre as categorias mais vulneráveis à precarização no contexto contemporâneo, em virtude da exclusão do acesso às proteções derivadas do estatuto do salariado (Holzmann, 2013, p. 122).

Como evidencia Holzmann (2013), deve-se fazer a ressalva do quão é precário o cenário que estão submetidos os trabalhadores por conta própria no contexto brasileiro. Evidentemente, esses trabalhadores não adentram nessa configuração de trabalho com a iniciativa de empreender negócios e acumular capital. Existe uma tendência que compete a inserção dos trabalhadores e trabalhadoras em trabalhos dessa natureza, que é exatamente a possibilidade de auferir um pouco mais de renda para o complemento familiar mensal, bem como, uma forma de fugir do estigma de desempregados e encontrar, por fim, pertencimento ao mundo do trabalho (Cacciamali, 1982).

Entretanto, pela visão do capital neoliberal, esses trabalhadores são empreendedores, livres das amarras do trabalho assalariado, do tempo fixo e de patrões. Com o próprio

negócio, esses sujeitos são independentes, escolhem como e quando trabalhar, ou seja, levam uma vida liberta do que é imposto pelo sistema vigente (o capitalismo). Todavia, vale destacar que essa realidade não condiz com o aspecto desigual de uma sociedade como a do Brasil, por exemplo. Essa forma tendenciosa de atribuir apreços “meritocráticos” aos sujeitos dentro do trabalho por conta própria, nada mais é que uma estratégia para desobrigar o Estado a arcar com as responsabilidades atribuídas a ele, ou seja, a proteção social do trabalho revestida, em especial do caso brasileiro, pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Cacciamali, 1982, 2000). Dessa forma, esse ímpeto de “empoderar” os sujeitos em vista de responsabilizá-los por sua trajetória profissional e social, tem acepção a ideia de tirar do Estado o seu dever de abarcar a seguridade de direito de todos os cidadãos em situações desfavorecidas socialmente.

Nesse universo analítico, a pobreza passa a ser vista como *fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado*. Caberia ao Estado compensar as “falhas do mercado” e fornecer redes de proteção social aos pobres vulneráveis para lidar com o risco. Ante a necessidade de reduzir gastos sociais, recomenda-se uma estratégia política que amplie o *empoderamento de indivíduos* e reduza a sua dependência perante as instituições estatais tendo em vista a sua integração na sociedade (Ilanamoto, 2013, p. 339).

Nesse intento, deve-se observar a forma como o pensamento do ideário neoliberal se interage com as particularidades que compõe a vida em sociedade. As táticas aluídas nessa política dizem respeito à prevalência da segregação das classes com maior vigor; além disso, as formas de propagar esse pensamento empreendedor para os sujeitos em condições desiguais atestam a perversidade e o descompromisso em combater as situações precárias e as necessidades humanas, sendo elas na educação e no trabalho como já evidenciado, mas também se reflete na saúde e na moradia. Com isso

A concentração da riqueza patrimonial é um fato incontestável, isso amplia as **desigualdades**, ao atingir todos os campos, tais como: **saúde, educação, lazer e moradia**. Em relação ao patrimônio nota-se que ele é tão bem concentrado que boa parte da sociedade ignora sua existência ou pensa que existe apenas em seres imaginários e isso torna indispensável o estudo sistemático do capital e de sua distribuição (Sousa, 2017, p. 390).

Dessa forma, como foi destacado em citação, tem-se como primordial para o enfrentamento dessa realidade neoliberal, que se popularize o debate acerca da tendenciosidade desse sistema político e plano econômico, que tem como princípio fortalecer um estado mínimo, ou seja, que não vê a sua responsabilidade para com o povo de baixa renda, sendo esses sujeitos os principais necessitados de políticas públicas agregadoras, permanentes e bem estruturadas. Com isso, fora de um pensamento social que tem por base o

fortalecimento das instituições públicas para o atendimento da população, as desigualdades vão se tornando mais evidentes e mais difíceis de se contornar.

Vale a pena dizer que os serviços públicos em todos os âmbitos nos quais abarcam as estratégias de bem-estar social, têm a ver com o direito de cidadania dos sujeitos. Por essa razão, a aproximação da administração pública, em vias de manutenção e melhoramento desses serviços vai à contramão das ideias neoliberais, uma vez que esse pensamento se compreende pela responsabilização individual de cada cidadão frente às suas necessidades básicas. Como consequência, aqueles que não conseguem ter condições para fazer a sua própria seguridade social, encontra-se a deriva de uma qualidade de vida, sendo esse preceito fundamental para a Dignidade da Pessoa Humana.

A exemplo disso, tem-se como uma característica básica o atendimento de saúde, em que, no Brasil, é mais bem associado ao Sistema Único de Saúde. Assim, sabe-se que existem problemas estruturais nessa instituição pública, investimentos ainda abaixo dos ideais e a precarização dos trabalhadores em todos os âmbitos. Todavia, é em virtude desse sistema universal, que a população de baixa renda se vê amparada. Em outros termos, o SUS é um bem nacional que necessita de reparos estruturais e valorização real, sendo ele imperativo para a manutenção da vida de milhões de brasileiros. Soares, destaca algumas particularidades sobre o SUS:

O único sistema unificado e de acesso universal na América Latina. Apesar dos baixos investimentos na ampliação da oferta da rede pública; dos problemas de financiamento e de repasse de recursos para a rede privada conveniada (ainda majoritária no âmbito hospitalar); da terceirização e precarização dos trabalhadores de saúde; das más condições de trabalho; das “novas” modalidades de “gestão” de alguns hospitais públicos que provocam uma dualidade no atendimento; e do aumento crescente em volume e complexidade da demanda, o SUS continua sendo a única e a mais relevante alternativa de assistência à saúde para parcelas majoritárias da população brasileira, e que precisa ser preservado e melhorado (Soares, 2010, p. 19).

Não resta dúvida, assim, que a saúde pública com aparato do SUS é um patrimônio brasileiro que necessita ser valorizado. O funcionamento gratuito que é oferecido por esse sistema unificado apresenta reflexos positivos para preservação e manutenção da vida, principalmente da população mais desfavorecida economicamente, com isso, o SUS é visto como um modelo de atendimento social e fundamental no combate à desigualdade.

Vale lembrar que no Brasil, durante a década de 1990, as políticas neoliberais adentraram na agenda política brasileira, sobretudo com a chegada do ex-presidente da república, Fernando Collor, que pretendia colocar em prática um projeto de desestatização de muitas empresas e instituições públicas. Esse passo foi imperativo para precarizar os serviços

públicos e “entregar” bens da sociedade brasileira a baixos custos para a iniciativa privada. Nesse sentido, Assis e Roig argumentam que:

No contexto brasileiro, o Presidente Fernando Collor, em 1991, criou o PRN (Programa de Reconstrução Nacional), visando redefinir o papel econômico do Estado e da iniciativa privada, por meio de uma série de medidas liberalizantes, como o enxugamento do Estado, através de uma reforma administrativa; o programa nacional de desestatização, com a privatização de um conjunto de empresas que representavam a base da estrutura industrial brasileira, como a siderurgia e a petroquímica; e por uma abertura comercial, utilizando-se de diretrizes de política industrial e de comércio exterior (Assis; Roig 2017, p. 1031).

Como visto, a política do presidente em questão, Fernando Collor, tinha por objetivo privilegiar uma classe específica em uma conjuntura que se delineava para o comércio exportador. É de conhecimento que foi através do vigor dessas tendências ultraliberaís apresentadas por esse governo, que vários âmbitos correspondentes da economia brasileira tiveram significativo impacto. A exemplo disso, as políticas de flexibilização e precarização do mundo do trabalho foram uns dos mais importantes temas desta nova forma de governar, sendo elas fundamentais para vilipendiar a situação da classe trabalhadora brasileira. Nesse intento, Alves afirma que:

Nos anos 90, o Brasil passou a incorporar uma pauta de problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do capitalismo mundial e que são impostos pela nova ofensiva do capital na produção (uma das características estruturais da mundialização do capital). Surge, como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade de emprego e salário que atinge o pólo “moderno” da classe operária. Além da parcela imensa de “marginalizados” com relação à legislação trabalhista (que em virtude da nova Lei do Trabalho Temporário pode ser parcialmente incorporada, mas com estatuto salarial precário), tende a surgir nova exclusão social no próprio campo da modernidade. A precariedade e a insegurança penetram no núcleo “integrado” da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo “formal” de emprego. Desenvolve-se, em maior amplitude, portanto, um mundo do trabalho no Brasil, mais diversificado, mais segmentado, polarizado, que tende a tornar ainda mais difícil a própria constituição da solidariedade de classe (Alves, 2000, p. 247-248).

Valendo-se do que o supracitado autor expõe, torna-se imperativo considerar a década de 1990 como uma época importante para as análises de como o sistema político inclinado as ações neoliberais podem ser decisivas para o desenvolvimento e a displicência frente à realidade desigual da situação brasileira. Não raro, essa década é considerada destoante com a chegada ao poder presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (o Lula), sendo que durante a época de seu governo há uma aproximação ao incentivo público em diferentes âmbitos, bem como a educação, ciência e tecnologia, crédito rural para grandes, médios e pequenos produtores, além de outros incentivos estatais.

Entre as críticas e reflexões que compõe este governo supracitado, deve-se levar em conta os programas de combate à pobreza: Fome Zero², Bolsa Família, Bolsa Escola, dentre outros programas estatais, tiveram como base contornar uma situação extremamente precária de desigualdade, fome, falta de emprego, baixas oportunidades de ingresso à universidade pública e privada, além de outros nuances. Sendo assim, deve-se considerar que:

Com a redução da desigualdade, entre 2001 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza mantêm uma trajetória decrescente contínua, com queda de 55%, independente da linha de pobreza e da medida utilizada. A redução dos níveis das desigualdades e da pobreza extrema merecem ser saudadas porque representam ampliação de possibilidades reais de vida para grandes parcelas populacionais. Os dados retratam a *distribuição dos rendimentos das famílias brasileiras*, decisivamente impulsionada pela ação estatal de transferência de verba pública. Mas recusa-se a armadilha da naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos “excessos da exploração e da desigualdade”. Este movimento distributivo e desconcentrador da renda familiar – que atesta redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade de rendimentos – convive com um profundo processo de concentração e centralização da propriedade fundiária e de capitais nacionais e internacionais. Estes processos têm sido impulsionados por generosos créditos estatais, por meio de instituições bancárias públicas, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e de subsídios previstos nas políticas públicas, inclusive no campo da pesquisa e inovação tecnológica. Em outros termos, nesse processo de crescimento econômico vivenciado pelo país recompõe-se e aprofunda-se a concentração da propriedade e do poder de classe (Ilanamato, 2013, p. 329).

Em contraste a década de 1990, os anos que correspondem o período de governo do ex-presidente Lula também é lembrado pelo combate às desigualdades sociais. Todavia, não se pode afirmar que durante esse governo as políticas neoliberais foram extintas; pelo contrário, estiveram em voga, contudo, com roupagens alternativas, o ex-presidente esteve determinado em contrabalancear os investimentos relativos a iniciativa privada, ao desenvolvimento produtivo voltado ao mercado externo, assim como, a expansão e agregação da população mais carente a educação de nível superior e técnico, crédito rural tanto para os grandes latifundiários, mas também programas voltados para a agricultura familiar, além de outras políticas similares.

Com o que foi exposto até o presente momento, destaca-se que as políticas neoliberais, desta maneira, estão em consonância com os pensamentos políticos vigorantes das últimas décadas. Além disso, percebe-se que, quanto mais esse pensamento hegemônico estiver determinado nas pautas da administração pública, mais as discrepâncias entre as classes sociais serão alargadas. Não resta dúvida, assim, que se deve combater as desigualdades sociais,

² O Programa Fome Zero foi lançado oficialmente em no dia 30 de janeiro de 2003, e um ministério foi criado para a sua implementação: o Ministério Extraordinário para a Segurança Alimentar e Combate à Fome no Brasil (MESA), coordenado pelo então ministro José Graziano. Este programa encontra as suas origens em 2001, em projeto coordenado pelo próprio Graziano com a ambiciosa meta de “suprir a fome e as causas mais profundas que geram a exclusão” (Freitas, 2007, p.70)

todavia, deve-se também associar a justiça social através de políticas abrangentes, tanto de manutenção ao bem público, como no melhoramento das instituições e programas sociais.

3 Considerações finais

A desigualdade social é um mau que deve ser combatido! Não resta dúvida que a forma como um país rege as suas políticas impacta diretamente no bem-estar populacional, sendo que, de um lado privilegia determinados atores e, por outro lado, prejudica em demasia outra parte da população.

Assim são as políticas neoliberais. Essa temática se tornou objeto de estudo deste texto, que buscou-se dialogar com uma realidade que torna poucos atores, esses, partícipes de uma burguesia seleta, ainda mais abastados. Todavia, o custo para com essa tendência política é pago por muita miséria, fome, desabrigo, desemprego, precarização das relações trabalhistas e das instituições públicas ou privatização de bens nacionais de valor inestimado.

Como visto, vários são os países que adotaram uma postura conservadora e ultraliberal em seus dispares contextos, entretanto, o que se tornou evidente, independente da bandeira, foi os quadros de desproteção social e de enriquecimento de parcelas da população. Dessa forma, as políticas neoliberais tendem a privilegiar poucos e prejudicar muitos sujeitos. Preza pelo incentivo a iniciativa privada e a “desresponsabilização” para com a sociedade.

Assim, não há o que se discutir sobre políticas desse cariz sem proporcionar uma crítica a respeito do enfrentamento. Não existe a possibilidade de implementar políticas neoliberais, como bem ficou explicado no transcorrer deste texto, em contextos de grandes desigualdades sociais já estabelecidas, como é o caso da maioria dos países da América Latina. Do mesmo modo, é inviável pensar que o Estado, sobretudo o democrático de direito, esteja abaixo da proteção de vários sujeitos em condições precárias de vida.

Assim, os requisitos básicos para o bem-estar social, como, saúde, educação, moradia, previdência, alimentação, emprego, entre outros, deve ser assegurado como princípio básico de direito de todos. Esses fatores corroboram com a dignidade da pessoa humana, com os direitos básicos da subsistência dos povos e do direito de cidadania.

Por fim, deve-se pensar em estratégias de combate as desigualdades sociais principalmente nos contextos mais vilipendiados. Programas de combate às injustiças devem ser estruturados num projeto a longo prazo e não por incentivos esporádicos. Não pode ser admissível que poucos sujeitos vivam em regalias enquanto muitos outros morrem por conta da falta de serviços básicos ou direitos inalienáveis.

Referências

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. L. C. **O caracol e sua concha**: ensaios a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ASSIS, F. J. S.; ROIG, A. M. A. Uma sociedade marcada pela desigualdade: das políticas neoliberais às medidas de austeridade da EC 95/16. **Revista Eletrônica Direito e Política**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 1024-1045, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v12n2.p1024-1045>. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/11120>. Acesso em: 14 set. 2026.

CACCIAMALI, M. C. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. 1982. **Tese** (Doutorado em Economia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/pt-br.html>. Acesso em: 14 set. 2026.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 14 set. 2026.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. São Paulo, Bertrand Brasil, 2002.

FREITAS, R. C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 65-74, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000100008>. Acesso em: 14 set. 2026.

HOLZMANN, L. O Trabalhador por Conta Própria no Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 119-137, 2013.

IANAMOTO, M. V. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, 2013. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i33.13051. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13051. Acesso em: 14 set. 2026.

SOUSA, A. P. O neoliberalismo como revolução conservadora e expansão das desigualdades sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, [s. l.], v. 53, n. 2, 2017. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2017.53.2.22. Acesso em: 14 set. 2026.

RESENDE, S. G.; SILVA, R. G. A. O neoliberalismo: desigualdades educacionais e a alinação. **Colloquium Humanarum**, [s. l.], v. 14, n. Especial, 2017. Disponível em: https://web.archive.org/web/20201213234452id_/http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplamentos/area/Humanarum/4%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o/O%20NEOLIBERALISMO%20DESGUALDADES%20E

DUCACIONAIS%20E%20A%20ALIENA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 14 set. 2026.

SOARES, L. T. R. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas – retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís – MA, n. especial, p. 15-24, 2010.

Data de submissão: 24/08/2021

Data de aceite: 21/07/2026